



A ILUSTÍSSIMA SENHORA PRESIDENTE DA CPLO/SUPEL/RO,

IMPUGNAÇÃO ADMINISTRATIVA

REFENTE: **TOMADA DE PREÇOS Nº. 015/20/CPLO/SUPEL/2020.**

OBJETO: OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA VISANDO A CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE TREINAMENTO NO 3º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE RONDÔNIA (VILHENA)/RO.

A empresa, **CODRASA Comércio e Construções Eireli-ME**, já qualificada nos autos. Por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, com fulcro no artigo 109, da Lei Nº. 8.666/93, vem à presença de V. Excia. Propor, Impugnação Administrativa em face a proposta da empresa **VRG CONSTRUTORA EIRELI EPP**, com ênfase aos julgamentos objetivos, como consequência natural do Princípio da Vinculação ao instrumento convocatório, correlato ao descumprimento do item 17.1.2, letra “e”, primeira parte.



DOS FATOS E DE DIREITO:

Ao iniciarmos a análise de toda a Proposta de Preços da empresa impugnada, **VRG CONSTRUTORA EIRELI EPP**, por descumprir o item 17.1.2, letra “e”, primeira parte, *in verbis*:

17.1.2 - Planilha Orçamentária baseada nos projetos, especificações e exigências constantes deste Edital, constando:

(Grifo nosso).

e) SERÁ EXIGIDA DAS PROPONENTES A APRESENTAÇÃO:

*Das composições unitárias de custos **DE TODOS OS ITENS**, cujo valor de cada item deverá ser idêntico ao lançado na Planilha Orçamentária apresentada pela empresa;*

(Grifo nosso).

Devemos observar o princípio do ato convocatório, uma vez que o item em tela, exige a composição unitária de custos, de todos, não em parte e/ou ausente. Mas claramente todas as composições. No entanto, ao observarmos o disposto no mesmo item, letra “g”, enfatiza a obrigatoriedade de apresentar “todas” não partes, mas todas as composições. Sendo estes motivos para desclassificação da concorrente. Vejamos:

*g) A exigência contida na alínea “f sub alínea f1” **“desde que apresentadas todas as composições não constitui objeto de DESCLASSIFICAÇÃO de proposta.”** Havendo erro a licitante será convocada para realizar **as correções** sob pena de preclusão. As correções não poderão ensejar alteração no valor original da Proposta.*

(Grifo nosso).

Mais uma vez, todas as composições. Claramente descumprido pela empresa **VRG CONSTRUTORA EIRELI EPP**.

Tal ação, notamos ser corriqueira na proposta apresentada pela empresa **VRG CONSTRUTORA EIRELI EPP**, quando o mesmo apresenta em suas composições referente a mão-de-obra. Sendo as mesmas “todas” incompletas. Deixamos de encontrar nas composições auxiliares da mão-de-obra, as composições correspondente ao curso de capacitação (...) (Encargos complementares Horista).

Fato este ocorrido em todas as composições de mão-de-obra, conforme exemplo obtino no banco de dados do **SINAPI: AGOSTO/2020 – DESONERADA**. Sendo esta, utilizada por esta d. Administração Pública, com também, na composição apresentada pela empresa **VRG CONSTRUTORA EIRELI EPP**. Vejamos, a primeira composição apresentada pela empresa impugnada, sendo ela: **88238 – AJUDANTE DE ARMADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES:**



(Grifo nosso).

88238 AJUDANTE DE ARMADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES				H	14,15	
INSUMO	6114	AJUDANTE DE ARMADOR	H	1,0000000	9,29	9,29
INSUMO	37370	ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA)	H	1,0000000	2,31	2,31
INSUMO	37371	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA)	H	1,0000000	0,60	0,60
INSUMO	37372	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA)	H	1,0000000	0,35	0,35
INSUMO	37373	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA)	H	1,0000000	0,07	0,07
INSUMO	43465	FERRAMENTAS - FAMILIA PEDREIRO - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	1,0000000	0,50	0,50
INSUMO	43489	EPI - FAMILIA PEDREIRO - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	1,0000000	0,96	0,96
COMPOSICAO	95308	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA AJUDANTE DE ARMADOR (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	H	1,0000000	0,07	0,07

CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA AJUDANTE DE ARMADOR (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA				H	0,07	
INSUMO	6114	AJUDANTE DE ARMADOR	H	0,0079000	9,29	0,07

Esta composição supracitada acima, sob o código: 95305, a qual consta no rol das composições auxiliares, no entanto, com a nomenclatura de “**COMPOSIÇÕES COMPLEMENTARES**”. Fato este, que repete-se na composição da empresa **VRG CONSTRUTORA EIRELI EPP**. Nos itens:

- 88238;
- 88239;
- 88241;
- 88243;
- 88245;
- 88247;
- 88248;
- 88251;
- 88252;
- 88256;
- 88261;



- 88262;
- 88264;
- 88267;
- 88269;
- 88270;
- 88274;
- 88277;
- 88278;
- 88282;
- 88294;
- 88295;
- 88296;
- 88297;
- 88300;
- 88309;
- 88310;
- 88315;
- 88316;
- 88323;
- 88324;
- 88325;
- 88377;
- 88441;



O que caracteriza a apresentação incompleta da proposta de preços da empresa **VRG CONSTRUTORA EIRELI EPP**. Em obediência às exigências editalícias, a mesma descumpriu claramente os item 17.1.2, letra “e”, primeira parte, em conjunto com a letra “g”, do mesmo item.

E assim, transcorre tal descumprimento às regras editalícias, até a última composição: 16.1, com a ausência da composição auxiliar 88316.

Uma vez que tal ausência encontra amparo no corpo da lei do ato convocatório, o edital. Sendo esta uma exigência contida no **princípio da vinculação ao instrumento convocatório**.

(Grifo nosso).

Onde tal princípio “deve”, de forma objetiva, ser acatada por ambas as partes integrantes do referido certame, a CPL e as empresas participantes.

Descumprido pela então empresa impugnada **VRG CONSTRUTORA EIRELI EPP**.

Não restando nada de mais justo e legal, do que declarar a empresa **VRG CONSTRUTORA EIRELI EPP**, inabilitada, excluindo o nome da mesma do rol das empresas habilitadas, por ter vários descumprimentos às regras editalícias.

As licitações devem ocorrer segundo os princípios e normas que procuram preservar a transparência e o seu caráter competitivo. Nesse sentido, o artigo 3º, da Lei n.8.666/93 dispõe:

“Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.”

Nessa mesma linha, há diversos dispositivos que procuram isolar os atores do processo de contratação pública, de modo que não existam conflitos de interesses que possam colocar em dúvida a lisura do certame. Nesse sentido, o artigo 9º, da Lei n.8.666/93, proíbe a empresa, da qual seja responsável técnico o autor do projeto (a ser licitado), de participar da respectiva licitação – entre outras vedações.

Ainda, no artigo 89, de forma mais aguda, a mesma lei tipifica como crime qualquer tipo de participação combinada entre licitantes:

“Art. 90. Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório, com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação:



Pena – detenção, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.”

Assim, embora não exista uma norma específica, no contexto da licitação, proibindo expressamente que duas empresas concorrentes tenham o mesmo responsável técnico, é entendimento razoável que adotamos que, em tese e ressalvadas as peculiaridades de cada caso:

1) que o contexto da lei não admite essa situação, porque violadora dos princípios expressos no artigo 3º, acima;

2) que pode sugerir, segundo o caso concreto, indícios da prática do crime previsto no artigo 90, acima referido.

(Grifo nosso).

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

[...]

XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor;

Trata-se, na verdade, de princípio inerente a toda licitação e que evita não só futuros descumprimentos das normas do edital, mas também o descumprimento de diversos outros princípios atinentes ao certame, tais como o da transparência, da igualdade, da impessoalidade, da publicidade, da moralidade, da probidade administrativa e do julgamento objetivo.

Nesse sentido, vale citar a lição de Maria Sylvia Zanella Di Pietro[2]:

Trata-se de princípio essencial cuja inobservância enseja nulidade do procedimento. Além de mencionado no art. 3º da Lei n 8.666/93, ainda tem seu sentido explicitado, segundo o qual “a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada”. E o artigo 43, inciso V, ainda exige que o julgamento e classificação das propostas se façam de acordo com os critérios de avaliação constantes do edital. O princípio dirige-se tanto à Administração, como se verifica pelos artigos citados, como aos licitantes, pois estes não podem deixar de atender aos requisitos do instrumento convocatório (edital ou carta-convite); se deixarem de apresentar a documentação exigida, serão considerados inabilitados e receberão de volta, fechado, o envelope-proposta (art. 43, inciso II); se deixarem de atender as exigências concernentes a proposta, serão desclassificados (artigo 48, inciso I).



Quando a Administração estabelece, no edital ou na carta-convite, as condições para participar da licitação e as cláusulas essenciais do futuro contrato, os interessados apresentarão suas propostas com base nesses elementos; ora, se for aceita proposta ou celebrado contrato com desrespeito às condições previamente estabelecidas, burlados estarão os princípios da licitação, em especial o da igualdade entre os licitantes, pois aquele que se prendeu aos termos do edital poderá ser prejudicado pela melhor proposta apresentada por outro licitante que os desrespeitou.

Também estariam descumpridos os princípios da publicidade, da livre competição e do julgamento objetivo com base em critérios fixados no edital.

No mesmo sentido é a lição de José dos Santos Carvalho Filho:

A vinculação ao instrumento convocatório é garantia do administrador e dos administrados. Significa que as regras traçadas para o procedimento devem ser fielmente observadas por todos. Se a regra fixada não é respeitada, o procedimento se torna inválido e suscetível de correção na via administrativa ou judicial.

O princípio da vinculação tem extrema importância. Por ele, evita-se a alteração de critérios de julgamento, além de dar a certeza aos interessados do que pretende a Administração. E se evita, finalmente, qualquer brecha que provoque violação à moralidade administrativa, à impessoalidade e à probidade administrativa.

Vedado à Administração e aos licitantes é o descumprimento das regras de convocação, deixando de considerar o que nele se exige, como, por exemplo, a dispensa de documento ou a fixação de preço fora dos limites estabelecidos. Em tais hipóteses, deve dar-se a desclassificação do licitante, como, de resto, impõe o art. 48, I, do Estatuto.

Como se vê, o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, ao mesmo tempo em que privilegia a transparência do certame, garantindo a plena observância dos princípios da igualdade, impessoalidade, publicidade, moralidade e probidade administrativa, preceitua que o julgamento das propostas seja o mais objetivo possível, nos exatos termos das regras previamente estipuladas. Isso sem contar a necessidade de perpetuação de tal vinculação durante toda a execução do contrato.

Como bem destaca Fernanda Marinela, o princípio da vinculação ao instrumento convocatório leva à assertiva de que o edital é a lei interna da licitação:

Como princípio específico da licitação, tem-se a vinculação ao instrumento convocatório. O instrumento, em regra, é o edital que deve definir tudo que é importante para o certame, não podendo o Administrador exigir nem mais nem menos do que está previsto nele. Por essa razão, é que a doutrina diz que o edital é lei interna da licitação, ficando a ele estritamente vinculada, conforme previsto no art. 41 da lei.

Acórdão 1060/2009 Plenário (Sumário)



Observe, no que se refere a eventuais alterações propostas, o dever de manutenção do vínculo e compatibilidade estabelecidos inicialmente entre o ato convocatório, o cronograma físico-financeiro e a execução da obra.

Acórdão 1932/2009 Plenário

Abstenha-se de aceitar propostas de bens com características diferentes das especificadas em edital, em respeito ao princípio de vinculação ao instrumento convocatório, consoante o art. 3º da Lei nº 8.666/1993.

Acórdão 932/2008 Plenário

Faça constar dos termos de contratos cláusula que estabeleça sua vinculação ao edital de licitação, conforme o art. 55, XI, da Lei nº 8.666/1993.

Acórdão 2387/2007 Plenário

Observe rigorosamente o princípio da vinculação ao edital, previsto nos arts. 3º e 41, da Lei nº 8.666/1993, abstendo-se de efetuar prorrogações de contratos não previstas.

Acórdão 1705/2003 Plenário

Observe que o instrumento de contrato vincula-se aos termos da licitação, conforme disposto no art. 54, § 1º, da Lei nº 8.666/1993, não podendo acrescentar direitos ou obrigações não previstos no instrumento convocatório.

Acórdão 392/2002 Plenário

Observe a obrigatoriedade de vinculação entre o edital e o contrato prevista no art. 41 da Lei nº 8.666/1993.

Acórdão 286/2002 Plenário

Deve ser cumprido o disposto no art. 54, § 1º, da Lei nº 8.666/1993, no que tange à conformidade entre os contratos assinados com os termos das respectivas licitações e propostas a que se vinculam.

Não restando dúvida, quanto ao descumprimento claro da empresa **VRG CONSTRUTORA EIRELI EPP**, não restando nada de mais justo e legal, a única decisão, a de incluir a empresa **VRG CONSTRUTORA EIRELI EP**, no rol das empresas inabilitadas, julgando-a inapta a dar prosseguimento no referido procedimento licitatório. Por tratar-se de procedimento justo e legal.



DO PEDIDO:

Conforme o exposto Vem **REQUERER**:

1. Que seja excluída do rol das empresas habilitadas, a empresa: **VRG CONSTRUTORA EIRELI EPP**, uma vez que a mesma descumpriu as exigências editalícias, já vastamente demonstrado;
2. Que seja expedido nova Ata, declarando a empresa: **VRG CONSTRUTORA EIRELI EPP**, inabilitada, inapta a dar prosseguimento no certame. Expedindo assim, nova Ata, a qual mantém nossa empresa declara Habilitada no certame, por ser direito líquido e certo;
3. Que a douta Comissão, se manifeste quanto a esta *lide* e emita parecer, aprazado dentro dos moldes legais, dirimindo os fatos aqui elencados;

Nestes Termos,

Pedimos e aguardamos deferimento.

Porto Velho (RO), 08 de fevereiro de 2021.

CODRASA COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES EIRELI

CNPJ:03.706.607/0001-80

WENDER CUSTODIO DA SILVA

P/P REPRESENTANTE

Identidade nº 41982 DRT-RO

CPF nº 651.808.952-00

A ILMA.

DRA. ERALDA ETRA MARIA LESSA

PRESIDENTE CPLO/SUPEL/RO

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA